

NOVAS POSSIBILIDADES DE ENSINO PARA A APRENDIZAGEM DE JOVENS E ADULTOS

Antônio Washington de Oliveira Júnior

Professor da educação especial 2º DIREC do Estado do Rio Grande do Norte.

<https://lattes.cnpq.br/9039261328601415>

<https://orcid.org/0009-0003-4905-4325>

E-mail: juba.treinador.rn@gmail.com

Rebecca Regina Santos de Oliveira

Professora do Ensino Fundamental do Município de Natal/RN.

<https://lattes.cnpq.br/7559106383400632>

<https://orcid.org/0009-0003-3717-3490>

E-mail: rebeccarsoliveira@gmail.com

Bruna Jade Santos de Oliveira

Profissional de Educação Física - Personal.

<https://lattes.cnpq.br/1149600312305753>

<https://orcid.org/0009-0002-6530-3662>

E-mail: vida.esportiva.rn@gmail.com

Gilnei Ferreira de Oliveira

UNOPAR polo Natal/RN.

<http://lattes.cnpq.br/0437580302277503>

<https://orcid.org/0009-0000-9545-6833>

E-mail: gilneioliveira81@gmail.com

Luciene Bezerra de Araújo Santos

SME - Natal/RN.

<https://orcid.org/0009-0004-7116-1714>

E-mail: Lucienebezerra960@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2024.V3N3>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2024.V3N3-09>

RESUMO: O objetivo deste estudo, é promover a proposta denominada “Funcionalidade do Ensino: uma proposta de educativa voltada as necessidades reais do aluno da EJA”, em uma perspectiva inclusiva-integrativa. Onde a situação problema, revela a fragilidade desta desconsideração a este objetivo, que leva a evasão escolar da educação de jovens e adultos. A causa da EJA não ter um curriculum adequado, planejamentos sequenciais e plano de ensino voltados a funcionalidade da pessoa, gera o efeito que promove grande parte da evasão na modalidade? Pode ser, que a maior quantidade das unidades de ensino por componente curricular e a curta diminuição de tempo na escola, não seja o suficiente para atender o acesso de forma integral no processo de ensino-aprendizagem; também vale considerar, que grande parte estão fora de faixa, por apresentarem dificuldades na aprendizagem decorrente de doenças, transtornos do comportamento e de aprendizagem, poucos professores de educação especial, por ocupar boa parte de seu tempo no trabalho ou atendendo as necessidades familiares, são vários os motivos. O estudo ora apresentado, tem como pesquisa: abordagem-qualitativa, objetivo-explicativo, natureza-básica e como procedimento-bibliográfico. Tem como sugestão ações práticas e teóricas, voltadas a implementação de recursos instrumentais e metodológicos, que envolve o

plano de ensino em uma perspectiva inclusiva-integrativa no contexto escolar, sob o título “Funcionalidade do Ensino: uma proposta educativa voltada as necessidades reais do aluno da EJA. Em síntese, este estudo traz facilidade de compreensão e desejo de balizar os caminhos a serem traçados, equalizando e intensificando a preocupação com a diminuição da evasão da educação de jovens e adultos da modalidade EJA.

PALAVRAS-CHAVE: Evasão. EJA. Plano de Ensino. Inclusão. Ensino.

TEACHING FUNCTIONALITY: AN EDUCATIONAL PROPOSAL TAILORED TO THE REAL NEEDS OF EJA STUDENTS

ABSTRACT: The objective of this study is to promote the proposal called “Teaching Functionality: an educational proposal aimed at the real needs of the EJA student”, in an inclusive-integrative perspective. Where the problem situation, 'reveals the fragility of this disregard for this objective, which leads to school dropout from the education of young people and adults. Is the cause of EJA not having an adequate curriculum, sequential planning and teaching plan focused on the person's functionality generating the effect that promotes a large part of evasion in the modality? It may be that the greater number of teaching units per curricular component and the short reduction in time at school is not enough to fully provide access to the teaching-learning process; It is also worth considering that a large number are out of range, as they have learning difficulties resulting from illnesses, behavioral and learning disorders, few special education teachers, as they spend a large part of their time at work or attending to family needs, are several reasons. The study presented here has as research: qualitative approach, explanatory objective, basic nature and bibliographical procedure. Its suggestion is practical and theoretical actions, aimed at the implementation of instrumental and methodological resources, which involves the teaching plan in an inclusive-integrative perspective in the school context, under the title “Teaching Functionality: an educational proposal aimed at the real needs of the student from EJA. In summary, this study brings ease of understanding and the desire to outline the paths to be followed, equalizing and intensifying the concern with reducing dropout rates in the education of young people and adults in the EJA modality.

KEYWORDS: Evasion. EJA. Teaching Plan. Inclusion. Teaching.

INTRODUÇÃO

A Educação nacional, vive em constantes alterações e reformas no ensino, como, propostas, plano de ensino, currículo, programas e leis, todas essas, em busca de torná-la, justa, acessível e integrada. As políticas públicas, tentam incluir a população como um todo, diversificando e aproximando o crescimento do país e da população, a educação escolar, onde a regulamentação e a inserção de novas modalidades, antes esquecidas, são incluídas e assistidas, considerando a relação histórica e “democrática” do ensino.

Desta forma, a educação pública está sempre de portas abertas, para novas ideias, discutidas em planejamentos e documentadas em planos, que contribuam em currículos mais inclusivos-integrativos, valorizando a funcionalidade no processo de ensino-aprendizagem do alunado em específico neste artigo, a EJA.

O objetivo deste estudo, é promover a proposta denominada “Funcionalidade do Ensino: uma proposta de educativa voltada as necessidades reais do aluno da EJA”, em uma perspectiva inclusiva-integrativa.

Onde a situação problema, revela a fragilidade desta desconsideração a este objetivo, que leva a evasão escolar da educação de jovens e adultos. A causa da EJA não ter um curriculum adequado, planejamentos sequenciais e plano de ensino voltados a funcionalidade da pessoa, gera o efeito que promove grande parte da evasão na modalidade?

Pode ser, que a maior quantidade das unidades de ensino por componente curricular e a curta diminuição de tempo na escola, não seja o suficiente para atender o acesso de forma integral no processo de ensino-aprendizagem; também vale considerar, que grande parte estão fora de faixa, por apresentarem dificuldades na aprendizagem decorrente de doenças, transtornos do comportamento e de aprendizagem, poucos professores de educação especial, por ocupar boa parte de seu tempo no trabalho ou atendendo as necessidades familiares, são vários os motivos.

Essas considerações, devem ser associadas a justificativa da realidade e da necessidade, desta modalidade, juntamente, com um olhar científico voltada a aprendizagem inclusiva-integrativa e psicossocial, no contexto da finalidade da educativa ou tripé da educação. Cito os artigos da LDB:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Já o Art. 3º, ressalto alguns citados por ele:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

Estes artigos, orientam, direcionam e determina as dimensões da complexidade humana, nas relações que envolvem a pessoa no processo do ensino-aprendizagem, visto que, são amplas e fundamentais para a compreensão de mundo, que atendem as finalidades da educação, que são: garantir o pleno desenvolvimento do indivíduo, prepará-lo para o exercício da cidadania e qualificá-lo para o mercado de trabalho.

Em suma, pensar em que realmente é fundamental e funcional para esta modalidade de ensino, quais as unidades temáticas são realmente imprescindíveis em sua formação emergente, quais acolhimentos e considerações podem ser acrescidos em sua proposta pedagógica, planejamentos de ensino, planos sequenciais e projetos escolares, como o “projeto de vida”, assim, trazendo elementos que possam contribuir na diminuição da evasão na EJA.

MARCO TEÓRICO

Nessa sessão, iremos dialogar em síntese com os autores no que concerne: as políticas públicas, programas e leis voltados ao ensino, planejamentos e plano de ensino, que podem ser ferramentas fundamentais para a modalidade EJA, dentro desta perspectiva de estudo de cunho acadêmico, que iremos discorrer nesse artigo. Também, iremos observar se existe alguma justificativa que possa ser associada a evasão de alunos da EJA.

POLÍTICAS PÚBLICAS, PROGRAMAS E LEIS

A história da educação de jovens e adultos, foi cercada até o momento por dificuldades em seu percurso, a linha histórica retratada, as barreiras políticas e sociais que foram entraves em seu processo de ampliação educativa, ter o mínimo era o

suficiente, a final, para que tanto conhecimento, se esse grupo estava fadado a realidade da perspectiva de um projeto de vida limitado, a uma liberdade duvidosa e a solidariedade humana dissociada e polarizada.

A história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil de acordo com Soares (2001, p. 201) “se insere nesse contexto: em meio à sua desvalorização e à indiferença, convivemos com numerosas iniciativas e consolidação de propostas em seu âmbito”. a atuação de movimentos sociais e populares em experiências educativas, chegando até os meios acadêmicos.

Na década de 1940, “começaram as primeiras iniciativas governamentais para lidar com o analfabetismo entre adultos” (Brasil, 2006), a incapacidade e vontade, diante dessas posturas, foram tomadas providências voltadas ao combate ao analfabetismo, como quase tudo no Brasil, se iniciou sobre duras penas.

Em 1942, foi instituído o Fundo Nacional de Ensino Primário, que teve como objetivo de definir um programa que estendesse a educação primária e realizasse o ensino supletivo para jovens e adultos. Alguns anos depois em 1947, o Serviço de Educação de Adultos (SEA), um atendimento especial localizado no Departamento de Educação do Ministério de Educação e Saúde, tinha como função primordial, orientar e coordenar os planos anuais do supletivo para os adolescentes e adultos analfabetos.

Os militares para enfrentar o analfabetismo criaram a Cruzada de Ação Básica Cristã (ABC), nos anos de 1965 e 1971, que era dirigida por evangélicos. Em 1967, o governo criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). O programa denominado MOBREAL, Movimento Brasileiro de Alfabetização, instituído em 1967, foi uma iniciativa elaborada pelo regime militar que se estendeu de (1964-1985) que tinha como objetivo defender seus interesses como classe dominante. O Mobral, era direcionado à alfabetização funcional da população com idade entre 15 - 30 anos, que tinha com ação pedagógica: ter acesso ao conhecimento básico da leitura, escrita e cálculo.

Já o Supletivo surgiu em 1961, que tinha a intenção de atender, adolescentes e adultos que não conseguiram alcançar sua formação básica na idade ideal. Em 1988, a

Constituição indicava que a Educação Básica atendesse a EJA como uma modalidade de ensino no nível fundamental, oferecida gratuitamente pelo Estado.

Em 1971, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (n.o 5.692/71), foi implantado o ensino supletivo. Já as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA (2000), trouxeram uma direção específica para a modalidade, que até aquele momento, 21 contavam com documentos adequados para a implementação, essa condição estava na dependência das leis do ensino regular adaptando à realidade da EJA. As DCNs para a EJA, consideraram a educação como direito social à cidadania, onde sua oferta deveria respeitar as características e modalidades adequadas às necessidades dos adultos, favorecendo o acesso e permanência na escola (Brasil, 1996).

Em 2003, o MEC criou o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), voltado à alfabetização de jovens, adultos e idosos. Este programa direcionado aos municípios com alto nível de analfabetismo, que foi desenvolvido a nível nacional. Os voluntariados envolvidos que atendem como alfabetizadores recebem uma bolsa de R\$ 400. Estes programas têm duração de seis ou oito meses, e as aulas devem ser ministradas próximas das moradias dos alunos.

A preocupação existe, e são representadas, pela “A Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (Cnaeja), é formada por membros dos governos federal, estaduais e municipais, representantes de instituições de ensino superior e movimentos sociais. O grupo se reúne periodicamente para acompanhar e avaliar as ações da EJA e a execução do programa Brasil Alfabetizado. A Comissão também é responsável por conferir a Medalha Paulo Freire a personalidades e instituições que se destacam nos esforços de universalização da alfabetização no Brasil” (MEC, 2018, Online). Tendo grande notoriedade, se faz presente e constante as suas ações.

Estas informações retratam que a modalidade e motivo, de buscas incessantes na ampliação da modalidade. “O ciclo atual do Brasil Alfabetizado, iniciado em 2015, conta com 191 entidades executoras, 17.445 turmas ativas, 167.971 alfabetizados, 17.088 alfabetizadores, 2.902 coordenadores e 105 tradutores intérpretes de libras. A meta para o próximo ciclo é ampliar para 250 mil alfabetizados atendidos. O número representa

50% a mais de vagas no ciclo 2017” (MEC, 2018, Online). Em busca de ampliar cada vez mais os alfabetizadores, passa a ser uma meta.

O papel da Cnaeja, é contínuo na luta no que concerne a modalidade, “A reunião da Cnaeja também serviu para discutir propostas de ajustes na Resolução nº 48/2012, que estabelece critérios para transferência de recursos para abertura de novas turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), além da possibilidade de ampliação de parcerias. Atualmente, 13,1 milhões de brasileiros com mais de 15 anos ainda não sabem ler nem escrever”, (MEC, 2018, Online). Esse dado traz uma identificação dos jovens adolescentes não alfabetizados ainda.

A grande importância da participação da Unesco, traz uma preocupação notória para a educação de jovens e adultos no mundo, “Convocadas a cada doze anos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), as conferências de educação de adultos são espaços históricos de debate acerca das políticas implementadas para essa modalidade de ensino nos diversos países do mundo. O evento da próxima semana servirá também de preparação para a reunião global, sediada pelo Japão em 2022”, (MEC, 2018, Online). A sede da conferência realizada no Japão, que discutiu as necessidades e possibilidades de contribuir com essa temática, reproduz, o quanto vem sendo discutido.

O IBGE, traz dados de 2014, que são animadoras, que é, “Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a taxa de analfabetismo no país vem caindo consideravelmente nos últimos 15 anos. No entanto, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) mais recente, realizada em 2014 e divulgada em 2015, mostrou que 13 milhões de brasileiros com mais de 15 anos ainda não sabem ler ou escrever”, (MEC, 2018, Online). Apesar de haver um crescimento, são números exponenciais.

Acréscimo histórico apenas, “A realização de conferências nacionais de educação e a criação do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 são alguns dos compromissos já cumpridos pelo país, que adotou o lema Brasil, Pátria Educadora para o período 2015-2018”, (MEC, 2018, Online).

Em 2024, as ações do governo federal, pretende ampliar para mais estados e municípios a educação para jovens e adultos, mantendo a sigla EJA, também disponibilizara essa modalidade no formato EAD. A tentativa se modernizar e tentar alcançar novas estratégias e possibilidades de resultados positivos, fazem parte das metas, (ENCCEJA, 2024, Online)

Vale salientar, que apesar de todos esses investimentos, entendessee, que se a parte didática não for efetivar com efeito, acessível, inclusivo-integrativo e transformador, o abandono que o grande escopo a ser resolvido, permanecerá como um problema continuado. A formação dos professores, assim, como os planejamentos, planos de ensino e estratégias, devem também ser pensada como uma das estratégias para a resolução da problemática que é a evasão.

PLANEJAMENTOS

Quando se trata de educação de jovens e adultos, voltamos ao ponto inicial, que é a problemática deste estudo, que é a evasão, decorrente de vários fatores, onde alguns deles são, um curriculum simplificado e acessível as condições da clientela atendida, planejamentos sequenciais e plano de ensino mais funcionais, voltado as suas ou prováveis profissões.

Planejamento, considerações da importância, características e diferentes elementos agregados ao processo com base em diferentes autores. Dentre estes, destaca-se Libaneo (1992), segundo o qual o planejamento é uma atividade global da escola, que inclui todas as disciplinas relacionadas. Gandin (1995), que afirma que o planejamento diário está presente no cotidiano de todas as atividades, seja ela profissional, educacional ou familiar, e Vasconcellos (2006), que enfatiza que o planejamento abrange diferentes áreas que os educadores precisam conhecer. , também há autores que fundamentam esse TCC, como Moretto (2007), para quem o planejamento é a articulação da ação e, portanto, a formulação de definições simples por meio de atitudes, ações e conhecimentos científicos ou acadêmicos que permitem o desenvolvimento de cada situação

Essas considerações sobre o planejamento, retrata sua função dentro das dimensões, técnica, política e pedagógica, que indica o caminho a ser traçado. Entendesse, que o planejamento não pode ser, rígido, inflexível e muito menos centralizado, mas, acreditamos que deve existir uma regularidade cronológica real e organizada, constantemente atualizada de acordo com a demanda, sem improvisos.

Sob o ponto de vista de Schmitz (2000) compartilha das concepções de Gandin (1995), dando ênfase a importância do planejamento para o progresso de uma proposta educacional. Segundo o autor, e firme quando manifesta que a educação não pode, jamais, deve ser exposta aos improvisos:

Qualquer atividade, para ter sucesso, necessita ser planejada. O planejamento é uma espécie de garantia dos resultados. E sendo a educação, especialmente a educação escolar, uma atividade sistemática, uma organização da situação de aprendizagem, ela necessita evidentemente de planejamento muito sério. Não se pode improvisar a educação, seja ela qual for o seu nível (p. 101).

O planejamento educacional compreende o processo de construção do conhecimento em todas as suas áreas do conhecimento que visa à educação de um modo global, objetivando seus acréscimos para a superação das demandas individuais e coletivas de indicado grupo. Na concepção de Libâneo (2005), o planejamento é uma atividade global da escola, pois inclui o processo de reflexão, decisões sobre a composição e funcionalidade da proposta pedagógica.

O planejamento da escola e do ensino ali desenvolvido exige que os pedagogos reflitam sobre os princípios, valores e conceitos educacionais que aparecem nas práticas desenvolvidas.

Os livros didáticos e as plataformas EAD, que centralizam informações, que se tornam obsoletas em pouco tempo, onde fragmenta a aprendizagem e distancia cada vez mais o professor do processo de ensino real, onde este acaba cedendo a ordem da padronização de valores de uma indicação histórica em específico, direcionado por leis e currículos sem pretensão de diversidade cultural, muito menos de opinião.

O professor em tempo real, é uma nomenclatura que o autor deste artigo traz, direcionado ao profissional do ensino-aprendizagem com efeito a apologia, onde a bagagem histórica deste, e seu conhecimento, embarcado em várias vivências,

compreensões e entendimentos diversificados, bem distante da inteligência artificial AI, reforça o posicionamento e a importância do planejamento humano de cunho educativo, mas reforça que o imprevisto nesse processo foge aos valores pregados, nesse caso é um ponto negativo, desta forma, adaptar o planejamento e diferente de improvisar.

O planejamento diário para Libâneo (1992) é entendido como uma estratégia de projeção das ações futuras a serem realizadas, para as quais se tornam necessários momentos 13 de pesquisa e de reflexão prévia, de desenvolvimento e, por fim, de avaliação e reconstrução dos aspectos que podem vir a ser reformulados.

Calazans e Kuenzer (1990) destaca que professores e alunos são membros de ambientes sociais diferentes, por isso o planejamento se torna uma atividade que exige reflexão constante em relação à atividade que está sendo desenvolvida, cujo objetivo é o maior dinamismo e flexibilidade possíveis, condições que possibilitem dirigir o trabalho didaticamente.

O planejamento escolar para Libâneo (1992, p. 221), “o processo de racionalização, organização e coordenação das atividades educativas, da articulação dos problemas das atividades escolares e do contexto social”, um processo contínuo de construção e reconstrução, que conduz à criação de novas habilidades.

Padilha (2001) afirma que o planejamento de ensino cria espaço e tempo para pensar na prática pedagógica e as ferramentas utilizadas na teoria metodológica, com as quais todos poderiam avaliar suas práticas e dar-lhes um novo significado se necessário, assim criando vários meios para concretizar tudo o que foi projetado.

O professor em tempo real, é aquele que planeja todos os dias o seu plano de aula diário ou sequencial, e tem seu plano de ensino aberto a alterações significativas e atualizadas. As definições e partilhas que fazem alusão a discursão sobre a importância do planejamento e do professor, como ator nesse processo, é um retrato fiel de sua incondicional ação, nesta construção do planejamento, para a educação de jovens e adultos, onde estas estratégias podem ajudar na permanência do aluno da EJA na escola.

PLANO DE ENSINO

O plano de ensino, é um instrumento documental e tem como uma de suas características, o tempo, é um retrato do que vai ser seguido durante um semestre ou o ano letivo. Ele é responsável pelo mapa cronológico das ações e unidades curriculares a serem estudadas e pesquisadas, em diversas formas, como por exemplo, pesquisas, seminários, projetos e estudos dirigidos voltado a comunidade ou as profissões e os respectivos conhecimentos específicos.

Vale ressaltar, que a flexibilidade e ressignificação destes conhecimentos, devem ser atualizados e discutidos com os alunos em suas demandas. Essas relações devem se intensificar, na EJA.

A Base Nacional Comum Curricular, foi criada para servir como referência para elaboração dos currículos escolares nacionais. Com tudo, ela determina quais são as aprendizagens essenciais que os alunos devem desenvolver enquanto permanecer na educação básica, seja ele estudante de instituições próprias de ensino da rede pública e privada.

Em resumo, a BNCC define os conhecimentos, competências e habilidades que os alunos do ensino fundamental de todo o Brasil deve desenvolver durante os anos escolares. No entanto, o documento baseia-se apenas em crianças e jovens. Portanto, não inclui jovens e adultos. Isto deixa uma lacuna porque as necessidades de uma criança dos anos iniciais do fundamental são muito diferentes de um aluno adulto com idade avançada da modalidade EJA, porém, a BNCC baseia-se apenas em crianças e jovens, não inclui adultos da EJA.

Vasconcellos (2006), entende que quando estudamos a história escolar, é claro que isso, assim como o planejamento, servirá de acordo com cada contexto sociopolítico, econômico e cultural, resultando em resultados diferentes conceitos de arte de design para orientar os professores. Planos de preparação o desenho da prática pedagógica centra-se cada vez mais nos detalhes, mais complexo e ao mesmo tempo mais completo no treino diário.

Os planos de ensino, deve acompanhar as demandas que contemplem as modalidades, assim como a EJA, deve ser um planejamento discutido em vários contextos de ensino e etapas da educação.

Gandin (1995, p. 22) acredita que planejar é direcionar os caminhos a serem traçados pela comunidade escolar. Sendo o ato assim descrito pelo autor:

Elaborar - decidir que tipo de sociedade e homem se quer e que tipo de ação educacional é necessária para isso; verificar a que distância se está deste tipo de ação e até que ponto se está contribuindo para o resultado final que se pretende; propor uma série orgânica de ações para diminuir esta distância e para contribuir mais para o resultado final estabelecido; Executar - agir em conformidade com o que foi proposto e; Avaliar - revisar sempre cada um desses momentos e cada uma dessas ações, bem como cada um dos documentos deles derivados.

Souza (2009), defende que a governança democrática requer uma articulação entre escola pública e política, poder e democracia. O autor aponta diferentes segmentos que permitem definir o conceito de gestão escolar democrática, distinguindo-a do processo político que visa uma educação de qualidade.

A Constituição Federal determina, em seu artigo 208, inciso I, ser dever do Estado a oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, por meio de cursos e exames que considerem as características dos alunos, seus interesses, condições de vida e de trabalho.

Entendesse, que as justificativas do direito de lei, a importância do planejamento e suas unidades curriculares apropriadas para a EJA, têm fundamentação documental e científica. Mas, são discussões que cabem em uma extensão futura desta obra

A EJA COMO PROJETO DE VIDA VOLTADO AO EMPREENDEDORISMO

Existe possibilidade de tornar a EJA, um espaço escolar voltado a um direcionamento educativo, com o propósito de empreendedorismo associado as disciplinas e seus projetos alcançados ao plano de ensino? Essa resposta, pode ser uma proposta possível e não tão distante da realidade dos alunos da EJA, pois uma boa parte desses, já estão em contato com a vida empreendedora de forma profissional, pode

acreditar, nada mais implementador do que unir o transformador ao inovador. A evasão, pode diminuir com essas propostas.

O Projeto de Vida, é um dos princípios norteadores da BNCC, no entanto, as discussões em torno dessa temática, está sendo vista como uma novidade, onde essa nomenclatura estava citada em documentos anteriores, como no Parecer nº.15 de 1998 (Mello, 1998), do Conselho Nacional de Educação, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Brasil, 1998). Porém, na reforma do Ensino Médio, sobretudo, desde a Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017 (Brasil, 2017), que altera a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996), mas, no entanto, não há clareza em nem um entendimento em torno do que é Projeto de Vida, e como ser realizado de forma direcionada ao EJA (Braggio, 2023).

O Projeto de Vida em discussão, não é possível encontrar uma fundamentação teórica acerca do tema no texto da BNCC (Brasil, 2018b). “Convém destacar que no campo da psicologia existe uma tradição de debates sobre essa temática desde a década de 1950, embora não haja consenso entre os pesquisadores sobre sua definição”, (Braggio, 2023).

As discussões sobre o Projeto Vida ganharam espaço durante a última reforma educacional, especialmente no ensino médio. Na BNCC (Brasil, 2018b), PV é definido como aquilo que:

[...] os estudantes almejam, projetam e redefinem para si ao longo de sua trajetória, uma construção que acompanha o desenvolvimento da(s) identidade(s), em contextos atravessados por uma cultura e por demandas sociais que se articulam, ora para promover, ora para constranger seus desejos (Brasil, 2018b, p. 472)

Na proposta discutida, o direcionamento do projeto de vida, tem uma proposta diferente da citada na BNCC, pois o EJA, o público em sua maioria trata de idades e realidades bem diferentes, uma projetada para uma possível descoberta em sua perspectiva de vida, já a outra, mas próximo da realidade que vive a pessoa adulta e com uma bagagem social e cultural, mas definida, do que concerne a relação social e do trabalho.

Em suma, o diálogo entre os autores, em busca de uma necessidade voltada a funcionalidade do aprender, na modalidade EJA, traz como exemplo um possível plano de ensino, onde o direcionamento e as necessidades de ensino são emergentes e de interesse do sujeito. Não se trata de retirar unidades temáticas, mas sim, torná-las significativas e imediatas para o projeto de vida desta pessoa.

METODOLOGIA

O estudo ora apresentado, tem como pesquisa: abordagem-qualitativa, objetivo-explicativo, natureza-básica e como procedimento-bibliográfico. Tem como sugestão ações práticas e teóricas, voltadas a implementação de recursos instrumentais e metodológicos, que envolve o plano de ensino em uma perspectiva inclusiva-integrativa no contexto escolar, sob o título “Funcionalidade do Ensino: uma proposta educativa voltada as necessidades reais do aluno da EJA.

Qual a verdadeira necessidade da educação da modalidade EJA? Se iniciarmos por esta pergunta, trona-se mais fácil entender esse público, onde sua maioria anseia pela aquisição de habilidades educacionais para resolver questões intelectuais, participativa como sujeito ativo em questões sociais e condições reais de exercer um trabalho, que atendam suas necessidades pessoais e familiares, ou seja, a educação como um instrumento de sobrevivência individual e coletiva.

Questionamentos como, “eles têm direito a tudo, por que só ensinar uma parte”?

Podemos responder, que a parte naquele momento que vai gerar uma transformação para esta modalidade, deve ser pensada e discutida entre os pares, quais as unidades temáticas devem ser mais ou menos macro, como os componentes curriculares podem abordar suas unidades, como avaliar e incluí-los de forma integrativa, o que fazer com o conhecimento extracurricular e como estimular projetos que venham enriquecer esse sujeito no sustento individual e coletivo.

Acredito, que estas questões são discutidas no âmbito educativo, como nos planos nacionais, estaduais e municipais de ensino. Levo a crê, que a comunidade escolar, voltada modalidade EJA, também!

As pesquisas científicas e amostras de experiências dos alunos do EJA, seria passo possível e imediato, para avaliar o quanto podem ir longe, se deve considerar o conhecimento prévio da pessoa, só assim pode-se ajustar e ampliar suas capacidades que já carrega. Isso é o ensino do EJA.

Abaixo, trouxemos a tabela 1, representada de um cronograma, que pode ajudar os professores em uma possível mudança de direção das práticas e teorias metodológicas, das suas ações educativas.

Já na tabela 2, está o modelo sugestivo da anamnese inicial do aluno, que é um dos documentos fundamentais para se iniciar um planejamento de ensino, voltado a inclusão-integrativa, dentro da proposta do plano de ensino construído na perspectiva da “Funcionalidade do Ensino”.

1 Tabela – Cronograma da Funcionalidade do Ensino

| CRONOGRAMA DA FUNCIONALIDADE DO ENSINO | | | | | | | | | | | | |
|---|---------|-----------|-------|-------|------|-------|-------|--------|---------|---------|----------|----------|
| TABELA | JANEIRO | FEVEREIRO | MARÇO | ABRIL | MAIO | JUNHO | JULHO | AGOSTO | SETEBRO | OUTUBRO | NOVEMBRO | DEZEMBRO |
| ANAMNESE INICIAL DO ALUNO | | | | | | | | | | | | |
| AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA INDIVIDUAL | | | | | | | | | | | | |
| AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA COLETIVA | | | | | | | | | | | | |
| AVALIAÇÃO FORMATIVA DO ALUNO | | | | | | | | | | | | |
| AVALIAÇÃO SOMATIVA DO ALUNO | | | | | | | | | | | | |
| PROJETO INDIVIDUAL DO ALUNO | | | | | | | | | | | | |
| PROJETO COLETIVO DOS ALUNOS | | | | | | | | | | | | |
| PESQUISA DIRECIONADA AO TRABALHO | | | | | | | | | | | | |
| CONTRIBUIÇÕES MULTIDISCIPLINAR DOS COMPONENTES CURRICULARES | | | | | | | | | | | | |
| SIMPÓSIOS | | | | | | | | | | | | |
| CONCLUSÃO DA ETAPA DE ACESSO | | | | | | | | | | | | |

Fonte: Parnamirim, 2024, produção do autor.

Tabela 2 – ANAMNESE DE FUNCIONALIDADE DO ENSINO

| Identificação | Informações | Observações |
|----------------------------|-------------|-------------|
| Nome do Aluno | | |
| Nome Social | | |
| Data de Nascimento | | |
| Endereço | | |
| Contato | | |
| Etnia/Cor | | |
| Profissão | | |
| Condições de Sobrevivência | | |
| Condição Familiar | | |
| Restrição Física | | |
| Habilidade Tecnológica | | |
| Recursos Tecnológicos | | |
| Escrita | | |

| | | |
|------------------------------|--|--|
| Interpretação | | |
| Cálculos | | |
| Individualidade nas Relações | | |
| Projeto de Vida | | |

Fonte: Parnamirim, 2024, produção do autor.

Estes documentos acima, são instrumentos facilitadores da compreensão da identificação da pessoa, seja está em condições especiais ou não. Desta forma, acreditamos que esta temática, irá contribuir para construção de um plano de ensino, próximo de ações de fim qualitativo e de uma Funcionalidade de Ensino, tornando este, mas próximo do real. Contribuindo com uma possível diminuição da evasão na EJA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo, está ainda distante de acontecer, a proposta denominada “Funcionalidade do Ensino: uma proposta de educativa voltada as necessidades reais do aluno da EJA”, em uma perspectiva inclusiva-integrativa, tem uma grande tarefa, que é de ocupar planos de ensino, que sejam mais direcionados, a contribuição da comunidade escolar e fundamental, mais os atores principais, que são professor-aluno, terão que provar da fonte primeiro, e esse é o maior desafio para essa proposta.

Quanto a situação problema, identificou que realmente existe uma grande fragilidade nos planos que regem a EJA, e que a evasão escolar da educação de jovens e adultos, sobre cai de não ter um curriculum adequado, planejamentos sequenciais e plano de ensino voltados a funcionalidade da pessoa, desta forma, a evasão continuará sendo um “cano furado”, onde todos veem o efeito, mas não tratam a causa.

A metodologia, apesar de ser uma proposta, descreve as relações didáticas e metodológicas a serem incrementadas, com um caminho direcionado e pontual, desta forma, facilitando a ajustes possíveis e promissores.

Em síntese, este estudo traz facilidade de compreensão e desejo de balizar os caminhos a serem traçados, equalizando e intensificando a preocupação com a diminuição da evasão da educação de jovens e adultos da modalidade EJA.

REFERÊNCIAS

BRAGGIO, A. K.; SILVA, R. O projeto de vida no Novo Ensino Médio. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 18, n. 00, e023041, 2023.

BRASIL. Constituição Federal do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n.9.394 de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 de fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n.13.415 de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho -CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília: MEC, 17 fev. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 20 de fev. 2024.

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional nº 9394/96. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Alunas e alunos da EJA. Brasília: Coleção: Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos, 2006.

CALAZANS, M. J.; GARCIA, W.; KUENZER, A. Planejamento e educação no Brasil. São Paulo: Cortez, 1990.

GANDIN, Danilo. A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. Petrópolis: Vozes, 1995.

MEC, BRASIL. Ministério da Educação. Agenda Territorial de EJA. Site disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32737-eja>> Acesso em: 20 de fev. 2024.

ENCCEJA. EJA 2024. Site disponível em:< [https://encceja2024.pro.br/eja-2024/#:~:text=EJA%202024%20%C3%A9%20a%20sigla,para%20de%20estudar%20para%20trabalhar](https://encceja2024.pro.br/eja-2024/#:~:text=EJA%202024%20%C3%A9%20a%20sigla,para%20de%20estudar%20para%20trabalhar.)> Acesso em: 20 de fev. 2024.

LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão escolar: teoria e prática. 4. ed. Goiânia: Alternativa, 1992.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Jomtien: Conferência Mundial sobre Educação para Todos, 1990. Disponível em:< <http://www.inep.gov.br>>. Acesso em 15 de fev. 2024.

PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento dialógico: como construir o projeto político pedagógico da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

SANTOS, J.S. Entre Idas e Vindas: uma diversidade de sentidos para a escola de EJA. Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em Educação, PUCRS. Porto Alegre/RS, 2018.

SOARES, Leôncio José Gomes. As políticas de EJA e as necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos. RIBEIRO, V. M. (Org.). In: Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras. Campinas: Mercado das Letras, Ação Educativa, 2001.

SOUZA, A.R. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. Educação em Revista. Belo Horizonte. v.25, n.03, p.123-140, dezembro, 2009.

SCHMITZ, Egídio. Fundamentos da Didática. 7ª Ed. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2000.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo. São Paulo: Libertad, 2006.

Submissão: janeiro de 2024. Aceite: fevereiro de 2024. Publicação: julho de 2024.